

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 8560/2015

Ementa

Reclassifica e autoriza concessão administrativa de uso, à ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI, de imóvel público situado em Vila Arens, para desenvolvimento de suas atividades.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

16/12/2015 23/12/2015 IOM 4121

Matéria Legislativa

Projeto de Lei nº 11807/2015 - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Em vigor



Processo nº 28.919-2/1994 PREFEITURA DO MÚNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP

LEI N.º 8.560, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Reclassifica e autoriza concessão administrativa de uso, à ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI, de imóvel público situado em Vila Arens, para desenvolvimento de suas atividades.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2015, PROMULGA a seguinte Lei:-

Art. 1° - Fica transferido da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominiais, o imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, localizado na Rua José Maria Marinho nº 244, Vila Arens, nesta cidade, objeto da matrícula nº 73.566 do 2° Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí, caracterizado na planta e descrição perimétrica anexas, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2° - Fica o Chefe do Executivo autorizado a outorgar concessão administrativa de uso do imóvel de que trata o art. 1° desta Lei, à ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI, para desenvolvimento de atividades terapêuticas, clínicas, educacionais e assistenciais, direcionadas a seus assistidos.

Parágrafo único - A concessão administrativa de uso de que trata o "caput" deste artigo obedecerá aos termos da minuta de contrato anexa, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Findo o prazo de concessão, o imóvel retornará ao patrimônio municipal, com as benfeitorias nele introduzidas, independentemente de qualquer indenização.

Art. 4º - Fica dispensada a realização de certame licitatório, tendo em vista o interesse público e as disposições constantes dos arts. 113, § 1º, da Lei Orgânica do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP (Lei nº 8.560/2015 - fls. 4)

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BIGARDI

Prefeite Municipal

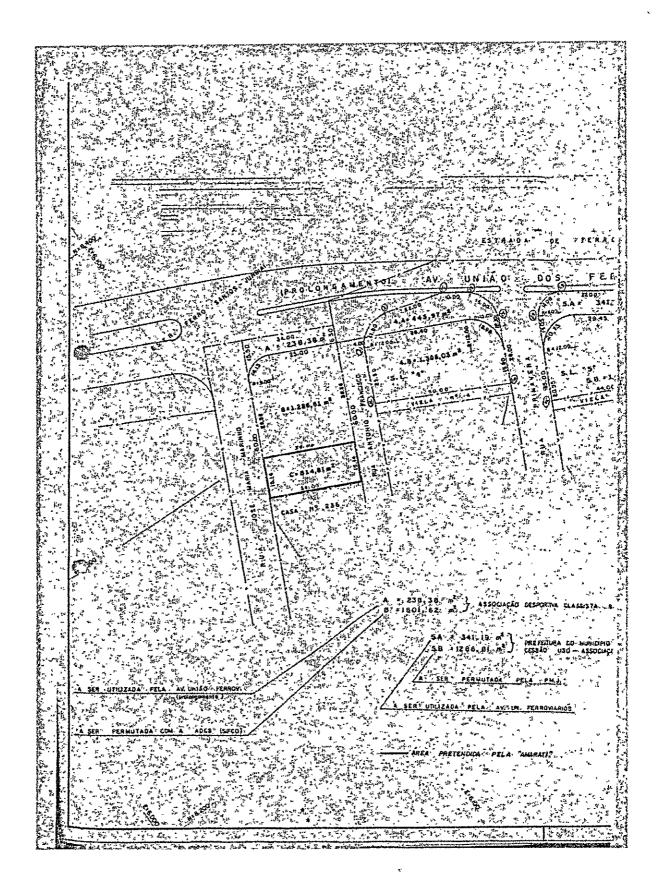
Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze.

LEDSON AHARECIDO DA ROCHA

scc.1

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos









DESCRIÇÃO PERIMETRICA:

PROPRIETARIA: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE JUNDIAI

LOCAL; RUA JOSE MARIA MARINHO, ÁREA 'C', VILA ARENS, IMOVEL DA MATRICULA N° 73566-2° ORI.

ASSUNTO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE ÁREA PÚBLICA ATASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI

PROCESSO № 28919/1994

SITUADA NO BAIRRO DA VILA ARENS,CIDADE E COMARCA DE JUNDIAI.FAZENDO FRENTE PARA A RUA JOSÉ MARIA MARINHO,TENDO INICIO NO PONTO DETERMINADO PELA INTERSECÇÃO DO ALINHAMENTO DA RUA JOSE MARIA MARINHO E A CASA Nº 236,DAÍ SEGUE EM RETA ACOMPANHANDO O ALINHAMENTO DA CITADA RUA,NA EXTENSÃO DE 15,14 METROS,DAÍ DEFLETE A DIREITA E SEGUE EM RETA NA EXTENSÃO DE 34,00 METROS,DIVIDINDO COM ÁREA 'B', DAÍ DEFLETE A DIREITA E SEGUE EM RETA NA EXTENSÃO DE 15,14 METROS,DIVIDINDO COM A RUA ANTONIO FRANCISCO,DAÍ DEFLETE A DIREITA E SEGUE EM RETA NA EXTENSÃO DE 34,00 METROS,DIVIDINDO COM A CASA Nº 236,ATÉ O INICIO DESTA DESCRIÇÃO,ENCERRANDO UMA ÁREA DE 514,81 M²

JUNDIAI, I I DE NOVEMBRO DE 2013

LUIS SÉRGIO SOARES TOMÁSINI

TEC

Conlos augusto Riblino Carlos Augusto Ribeiro

ENG²





CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, firmado entre a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ e a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI.

Processo nº 28.919-2/1994

Pelo presente instrumento, com fundamento nas disposições do art. 113,
§ 1°, da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, de um lado o MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado
de São Paulo, inscrito no CNPJ sob nº 45.780.103/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito
Municipal, PEDRO BIGARDI, e de outro a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO
TERAPÊUTICA AMARATI, inscrita no CNPJ nº 43.429.613/0001-70, neste ato representada
por seu Presidente, portador da CI/RG nºe do CPF
nº, adiante denominados apenas PREFEITURA e ENTIDADE, têm justo e
avençado o que segue:

Parágrafo único - O prazo a que se refere esta cláusula poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério das partes

II – A ENTIDADE se obriga a utilizar a área aludida na cláusula I exclusivamente para o fim ali expresso, ficando estabelecido que a utilização do imóvel para qualquer outra finalidade dependerá da anuência da PREFEITURA.

III - Obriga-se a ENTIDADE a:

- a) submeter previamente à aprovação da PREFEITURA qualquer alteração que pretenda efetuar no imóvel, com todas as especificações necessárias;
 - b) manter o imóvel em perfeitas condições.
- IV O imóvel objeto da presente concessão administrativa de uso não poderá ser transferido a terceiros sem prévio e expresso consentimento da PREFEITURA, sob pena de retrocessão.
- V O desrespeito a quaisquer das cláusulas anteriores, bem como às leis e regulamentos municipais, acarretará a imediata cassação da presente concessão administrativa de uso, sem qualquer ônus para a PREFEITURA e/ou indenização à ENTIDADE.





VI — Aplicam-se, ainda, no que couber, ao presente contrato de concessão administrativa de uso, as disposições da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1.993.

VII — Fica eleito o foro desta Comarca de Jundiaí, como competente, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da concessão administrativa de uso ora ajustada.

E, por estarem assim justos e avençados, firmam o presente contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito de direito.

Jundiaí, de

de 2015.

PEDRO BIGARDI Prefeito Municipal

Presidente Associação de Educação Terapêutica Amarati

